

RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO

sumário

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. SOBRE O IPER.....	3
1.1.1. PRÓ-GESTÃO.....	4
1.2. CONTEXTO ECONÔMICO.....	4
1.3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA.....	5
2. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	6
2.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	7
2.2. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE.....	12
3. ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES.....	14
3.1. VOLUME DE RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.....	14
3.2. QUALIDADE DE GESTÃO E RATINGS.....	15
4. ANÁLISE DOS RISCOS.....	16
4.1. RISCO DE MERCADO.....	16
4.2. RISCO DE LIQUIDEZ.....	16
4.3. RISCO DE SOLVÊNCIA.....	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro tem como objetivo evidenciar o acompanhamento das principais informações dos ativos presentes na carteira do **Instituto de Previdência do Estado de Roraima — IPER**, em atendimento à regulamentação referente à gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em especial a Resolução nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022, conforme previsto no Manual do Pró-Gestão.

Conforme preconiza o art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, procurou-se demonstrar que foram atendidos os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação e adequação à natureza de suas obrigações e transparência e que as atividades foram desenvolvidas com boa-fé, lealdade e diligência, além de ter seguido os mais elevados padrões éticos e de conduta.

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro utilizará como base para as análises a posição da carteira referente ao fim do mês de junho de 2025. A partir disto, serão analisados “critérios referentes às instituições investidas”, nos quais serão analisados itens em relação aos prestadores de serviço de administração e gestão dos fundos em carteira e “critérios referentes aos ativos investidos”, em que serão analisadas informações como composição da carteira e risco dos fundos, além da aderência dos investimentos realizados à Política de investimentos vigente.

1.1. SOBRE O IPER

O Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER foi criado em 31 de dezembro de 1991, por meio do Artigo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 020, de 30 de dezembro de 1996, regulamentou referido artigo, transformando o IPER em autarquia estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, além de autonomia administrativa, técnica e financeira, estando vinculada à Secretaria de Estado da Administração.

Em dezembro de 2001, a Lei Complementar nº 054 instituiu o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), destinado a garantir o acesso aos benefícios previdenciários, custeados de forma solidária pelo Estado, pelos servidores participantes e pelos beneficiários, conforme previsto na legislação específica.

O IPER foi criado para cumprir o que determina o artigo 40 da Constituição Federal, que assegura a todos os servidores em cargo efetivo um Regime Próprio de Previdência com a finalidade de garantir os recursos para cobrir os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social de Roraima.

1.1.1. PRÓ-GESTÃO

O IPER aderiu ao Programa Pró-Gestão, assumindo os esforços necessários para obter a certificação. Caso seja aprovado em algum dos níveis do programa, o Instituto passará a atender integralmente aos requisitos previstos na antiga Portaria MPS nº 519/2011 e na Portaria MTP nº 1.467/2022, passando a se enquadrar como investidor qualificado. Esse enquadramento possibilitará o acesso a fundos restritos a esse perfil de investidor, bem como a ampliação de determinados limites de aplicação, nos termos da Resolução CMN nº 4.963/2021.

1.2. CONTEXTO ECONÔMICO

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico desafiador, tanto no Brasil quanto no exterior. No cenário doméstico, a política monetária manteve-se restritiva, com a taxa Selic elevada a 15% ao ano, em resposta à inflação persistente e às expectativas desancoradas. Segundo o relatório, o IPCA acumulou alta de 5,35% em 12 meses até junho, superando o centro da meta de 3% definida pelo Conselho Monetário Nacional e também o intervalo de tolerância de 1,5 p.p. O desvio persistente da inflação em relação ao objetivo central reforça a necessidade de uma política monetária contracionista por período prolongado.

Apesar do cenário de juros altos, a atividade econômica seguiu aquecida. O IBC-Br registrou crescimento acumulado de 4,18% em 12 meses até maio, e a taxa de desemprego medida pela PNAD Contínua caiu para 6,2%, o menor patamar da série histórica para o período. O mercado de trabalho aquecido sustenta o consumo das famílias, mas também contribui para pressões inflacionárias, exigindo cautela na condução da política monetária.

O quadro fiscal permanece frágil e segue como um dos principais pontos de atenção. Apesar de o setor público consolidado ter registrado superávit primário de 0,20% do PIB em 12 meses, o resultado nominal alcançou -7,58% do PIB, pressionado pelo elevado custo do serviço da dívida. Além disso, a Instituição Fiscal Independente (IFI) projeta resultados primários negativos até 2035 mesmo no cenário mais otimista, reforçando os riscos de sustentabilidade fiscal.

No câmbio, o real apresentou valorização de 12% frente ao dólar no primeiro semestre, impulsionado pelo elevado diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos — 10,50 p.p. — e pelo fluxo de capital estrangeiro atraído pelas altas taxas reais no país, que chegaram a 9,16%. Essa valorização contribuiu para um arrefecimento parcial da inflação, mas também impactou negativamente os ativos internacionais sem proteção cambial, como o índice Global BDRX, que registrou queda de -7,39% no período.

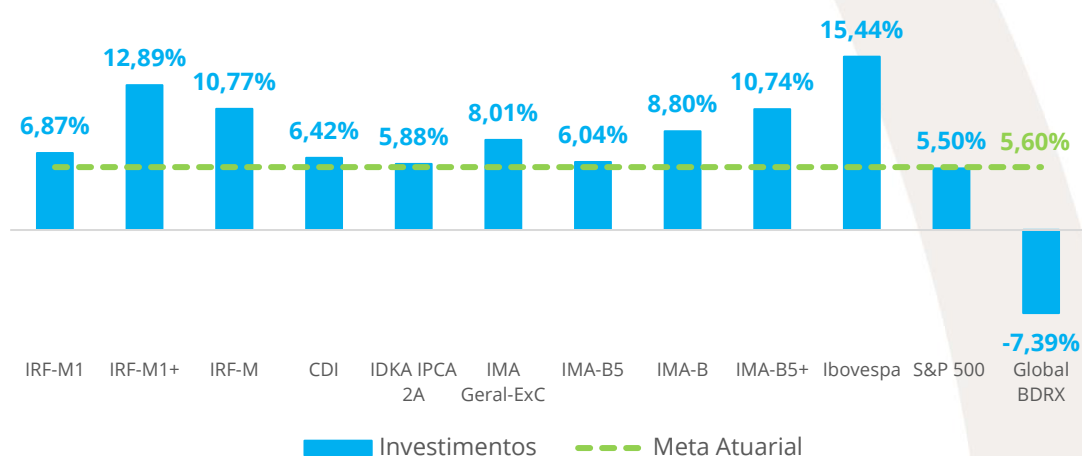
No cenário internacional, os Estados Unidos mantiveram a taxa básica de juros no intervalo entre 4,25% e 4,50%, diante de uma inflação ainda resiliente e da adoção de políticas comerciais mais restritivas pelo novo governo Trump, incluindo tarifas elevadas sobre produtos do México, Canadá e China. O FOMC revisou para baixo a expectativa de crescimento do PIB americano para 1,4% em 2025, refletindo as condições financeiras mais restritivas e as tensões no comércio global.

A bolsa brasileira apresentou desempenho positivo, com o Ibovespa subindo 15,44% no

semestre, impulsionado pelos resultados sólidos das companhias listadas. O índice de small caps (SMLL), por sua vez, apresentou desempenho superior, refletindo a maior sensibilidade das empresas de menor capitalização às mudanças nas expectativas dos investidores.

Em resumo, o primeiro semestre de 2025 foi marcado por um cenário de alta volatilidade e incertezas fiscais, mas também por oportunidades pontuais para investidores. A valorização do real, a manutenção da Selic elevada, o aquecimento da atividade econômica e o desempenho positivo da bolsa foram os principais destaques, enquanto o risco fiscal, a inflação elevada e as tensões internacionais permanecem como pontos de atenção para o restante do ano.

Rentabilidades - 1º Semestre de 2025



Fonte: ComDinheiro e UNO.

1.3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

A Gestão de Investimentos do IPER é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social, destacada a seguir:

- I. Resolução do Conselho Monetário Nacional - CNM nº 4.963/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- II. Portaria nº 1.467 de 06 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, a Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019;
- III. Política Anual de Investimentos do exercício de 2025.

2. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira do IPER é administrada com prudência, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.963/2021, priorizando a preservação do equilíbrio atuarial em um cenário de juros elevados e incertezas macroeconômicas, conforme evidenciado no contexto econômico.

O patrimônio totalizou R\$ 6,61 bilhões, com predominância em renda fixa. Os títulos públicos adquiridos diretamente encerraram o semestre com 7,13% da carteira (art. 7º, I, “a”), distribuídos em vértices de 2045 a 2060. Já os fundos referenciados em 100% títulos públicos somaram 92,22% (art. 7º, I, “b”), alocados principalmente em estratégias atreladas ao CDI (36,55%), IMA-B5 (22,03%), IRF-M (11,90%) e em fundos de vértice (7,71%), com vencimentos entre 2026 e 2030. Em conjunto, essas posições totalizam 99,35% do portfólio, evidenciando um perfil conservador, com elevada previsibilidade de retorno e boa liquidez, alinhado ao perfil de risco do RPPS.

Os fundos de renda fixa geral (art. 7º, III, “a”) possuem participação residual dentro da carteira. A renda variável doméstica (art. 8º, I) representa 0,51%, distribuída em fundos atrelados ao Ibovespa, IBX 50 e IDIV.

Há ainda uma posição marginal em fundos ilíquidos, composta por um FIDC (art. 7º, V, “a”), o BBIF MASTER FIDC classificado como fundo estressado, representando 0,13% do patrimônio, sem risco relevante de impacto em eventuais reprecificações.

Assim, a atual configuração da carteira reforça seu caráter conservador, assegurando aderência regulatória e compatibilidade com os objetivos da política de investimentos do RPPS.

2.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A Carteira de Investimentos do IPER em dezembro estava composta da seguinte forma, em consonância com as normas legais pertinentes e com a Política de Investimentos vigente:

ATIVO	SALDO R\$	%	DISP.	Res. 4963
TÍTULOS PÚBLICOS	471.512.435,85	7,13%	-	7, I "a"
BB TP FI RF REF DI	2.175.229.353,87	32,90%	D+0	7, I "b"
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF	988.438.334,81	14,95%	D+0	7, I "b"
BB IRF-M TP FI RF PREVID	786.705.090,81	11,90%	D+1	7, I "b"
BB IMA-B 5 FIC RF PREVID LP	468.283.479,73	7,08%	D+1	7, I "b"
BB ALOC ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF PREVID	338.954.276,48	5,13%	D+3	7, I "b"
BB IDKA 2 TP FI RF PREVID	305.872.811,05	4,63%	D+1	7, I "b"
BB IMA-B TP FI RF	267.007.558,35	4,04%	D+1	7, I "b"
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	247.750.190,89	3,75%	D+0	7, I "b"
BB PREVID RF TP VÉRTICE 2026 RL	210.681.731,53	3,19%	D+0	7, I "b"
CAIXA BRASIL 2026 X TP FIF RF RL	111.958.080,14	1,69%	D+0	7, I "b"
BB PREVID RF TP VÉRTICE 2030 FI	40.847.202,94	0,62%	D+0	7, I "b"
BB PREVID RF TP VÉRTICE 2027 FI	40.103.275,52	0,61%	D+0	7, I "b"
CAIXA BRASIL 2027 TP FI RF	39.039.505,78	0,59%	D+0	7, I "b"
CAIXA BRASIL 2030 II TP FI RF	38.226.729,72	0,58%	D+0	7, I "b"
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TP FIF RF - RL	28.647.472,40	0,43%	D+0	7, I "b"
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	9.896.953,00	0,15%	D+0	7, I "b"
RECUPERAÇÃO BRASIL FI RENDA FIXA LP	843.838,86	0,01%	D+731	7, III "a"
BBIF MASTER FIDC LP	8.418.437,72	0,13%	(VR)	7, V "a"
BB GOVERNANÇA FI AÇÕES PREVID	10.304.959,89	0,16%	D+3	8, I
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	9.727.554,27	0,15%	D+23	8, I
CAIXA BRASIL IBX 50 FI AÇÕES	5.203.082,03	0,08%	D+3	8, I
BB INDEXADO IBOVESPA FIC AÇÕES	4.991.879,68	0,08%	D+2	8, I
CAIXA BRASIL IBOVESPA FI AÇÕES	3.279.203,74	0,05%	D+3	8, I
TOTAL	6.611.923.439,06	100,00%	-	-

Fonte: UNO

Com relação ao enquadramento, a carteira de Investimentos do IPMT possui a seguinte distribuição:

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2025						
Seg.	Tipo de Ativo	Saldo 06/2025 (R\$)	Saldo 06/2025 (%)	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
Renda Fixa	7º I "a" - Títulos de emissão do TN	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º I "b" - FI RF Ref 100% títulos TN	6.097.642.047,02	92,22%	30,00%	64,86%	100,00%
	7º III "a" - FI de Renda Fixa	843.838,86	0,01%	0,00%	0,02%	20,00%
	7º IV - Ativos financeiros	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
	7º V "a" - FI em direitos creditórios	8.418.437,72	0,13%	0,00%	0,13%	1,00%
	7º, V, "b" - Crédito Privado	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
Total Renda Fixa		6.578.416.759,45	99,49%	30,00%	65,01%	100,00%
Renda Variável	8º I - FI em Ações	33.506.679,61	0,51%	0,00%	5,00%	15,00%
	8º, II - FI de Índices Ações	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Total Renda Variável		33.506.679,61	0,51%	0,00%	5,00%	30,00%
Exterior	9º II- Investimento no Exterior	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	9º III- Ações - BDR Nível I	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Total de Exterior		0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Estruturado	10 I- Multimercado	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	10 II - investimento em participações (FIP)	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
Total de Estruturados		0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	Art. 11 - Fundos Imobiliários	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	Total de Imobiliário	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Total PL		6.611.923.439,06	100,00%	35,00%	100,01%	100,00%

Fonte: UNO e Política de Investimentos 2025

A diversificação da carteira do IPER acompanhou o cenário de juros elevados, privilegiando estratégias de renda fixa com maior previsibilidade. A exposição ao CDI avançou de 27,96% em janeiro para 36,77% em junho, reforçando o caráter conservador da carteira diante do patamar elevado da Selic.

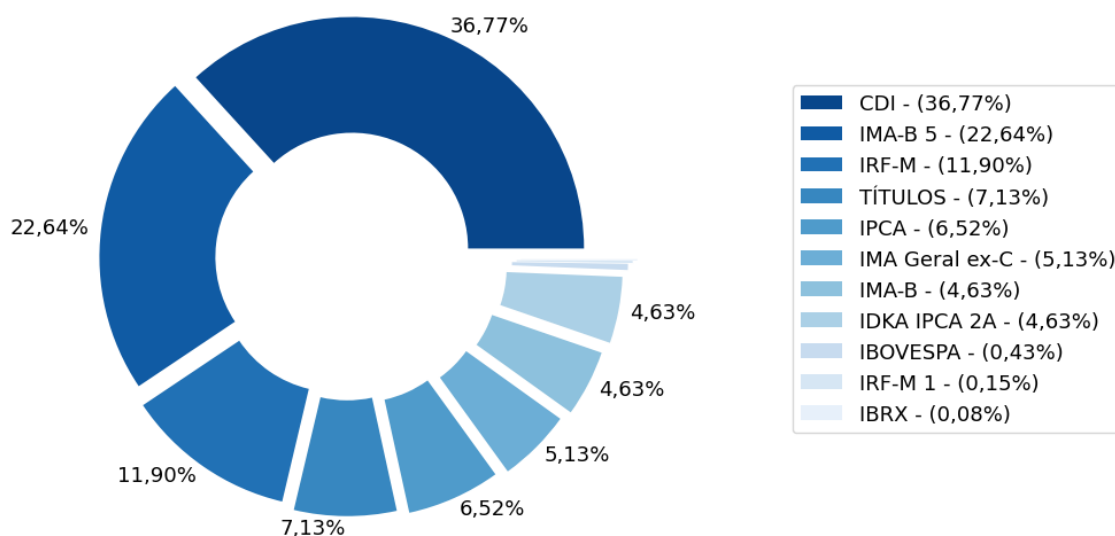
Os fundos atrelados ao IPCA encerraram o semestre em 6,52%, composta por fundos de vértice de curto e médio prazo, entre 2026 e 2030. Essa estratégia mantém a aderência da carteira ao passivo atuarial, compatibilizando prazos de vencimento.

No grupo dos fundos atrelados a inflação, a exposição aos índices IMA-B e IMA-B 5 chegou a representar 27,27% ao final do semestre, além de fundos de vértice com vencimentos concentrados em 2027 e 2030.

No prefixado, a posição em IRF-M manteve-se estável em torno de 11,9%, enquanto o IRF-M 1 permaneceu marginal em 0,15%. A alocação em títulos públicos diretos fechou junho em 7,13%, e o IMA Geral ex-C se manteve próximo a 5,13%.

Na renda variável doméstica, a exposição seguiu reduzida, com Ibovespa em 0,43% e pequenas parcelas em IBrX (0,08%).

A carteira encerrou junho de 2025 com forte concentração em CDI, e ativos atrelados a inflação, inclusive em títulos adquiridos diretamente e fundos de vértice, que possuem taxas alinhadas a meta atuarial, além de ativos prefixados, que se beneficiaram frente ao fechamento da curva de juros no primeiro semestre. Com isso, reforça a estratégia conservadora de liquidez e previsibilidade de retorno.



Fonte: UNO

distribuição por Benchmark (%)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
CDI	27,96	28,63	28,86	28,88	29,26	36,77
IMA-B 5	23,27	23,19	22,97	22,93	22,76	22,64
IRF-M	11,78	11,74	11,72	11,84	11,80	11,90
TÍTULOS	7,46	7,22	7,34	7,28	7,15	7,13
IPCA	6,92	6,71	6,63	6,61	6,56	6,52
IMA Geral ex-C	5,20	5,20	5,18	5,14	5,13	5,13
IMA-B	12,00	11,93	11,96	11,98	12,03	4,63
IDKA IPCA 2A	4,77	4,75	4,70	4,69	4,66	4,63
IBOVESPA	0,42	0,40	0,42	0,42	0,43	0,43
IRF-M 1	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15
IBRX	0,08	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08

Fonte: UNO

Foi realizada a abertura das carteiras dos fundos investidos, identificando onde, de fato, os recursos do IPER estão alocados e qual o real nível de risco incorrido por cada um. A partir da consulta de dados fornecidos pelo sistema Quantum Axis, foram consolidados todos os ativos investidos na tabela a seguir, com o objetivo de verificar onde os recursos estão investidos. A tabela apresenta as 20 maiores posições da carteira do IPER que, somadas, representam mais de 87% dos recursos investidos:

Nome do Ativo	Valor do Ativo (mil R\$)	Participação do Ativo
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/12/2030	1.189.421,11	17,98%
NTN-B - Venc.: 15/08/2026	938.781,67	14,19%
NTN-B - Venc.: 15/08/2028	554.190,33	8,38%
Títulos Públicos **	471.512,44	7,13%
NTN-B - Venc.: 15/05/2027	451.656,47	6,83%
NTN-B - Venc.: 15/08/2030	297.042,76	4,49%
LFT - Venc.: 01/03/2027	241.766,84	3,65%
Operações Compromissadas - LTN - Venc.: 01/04/2026	197.639,15	2,99%
LFT - Venc.: 01/09/2029	188.103,06	2,84%
LFT - Venc.: 01/06/2030	146.244,15	2,21%
LFT - Venc.: 01/09/2027	133.929,33	2,02%
LFT - Venc.: 01/09/2028	124.733,18	1,89%
LFT - Venc.: 01/03/2029	115.336,98	1,74%
LFT - Venc.: 01/09/2026	111.426,22	1,68%
LFT - Venc.: 01/03/2028	109.726,52	1,66%
LTN - Venc.: 01/07/2026	106.732,73	1,61%
LFT - Venc.: 01/03/2030	104.226,54	1,58%
LFT - Venc.: 01/09/2025	103.612,26	1,57%
NTN-B - Venc.: 15/05/2029	102.315,89	1,55%
LFT - Venc.: 01/03/2026	96.931,10	1,47%

Fonte: Quantum Axis

*Obs: Respaldados nas regras da Resolução CVM nº 175, vários fundos investidos pelo RPPS têm suas carteiras recentes omitidas, o que prejudica a consolidação das informações referentes ao fechamento de dezembro.

**A posição em "Títulos Públicos / - - Não Informado" são NTN-Bs adquiridas de maneira direta pelo RPPS, conforme a tabela abaixo.

Titulo	Vencimento	Quantidade	Valor Compra	Valor Atual	% PL	Taxa
NTN-B 2045	15/05/2045	10605	45.358.970,70	46.340.078,70	0,70%	6,41%
NTN-B 2050	15/08/2050	21623	93.562.430,26	95.574.603,12	1,45%	6,40%
NTN-B 2055	15/05/2055	37443	158.837.360,56	162.233.831,68	2,45%	6,41%
NTN-B 2060	15/08/2060	38088	163.868.318,33	167.363.922,35	2,53%	6,40%
					471.512.435,85	7,13%
						6,41%

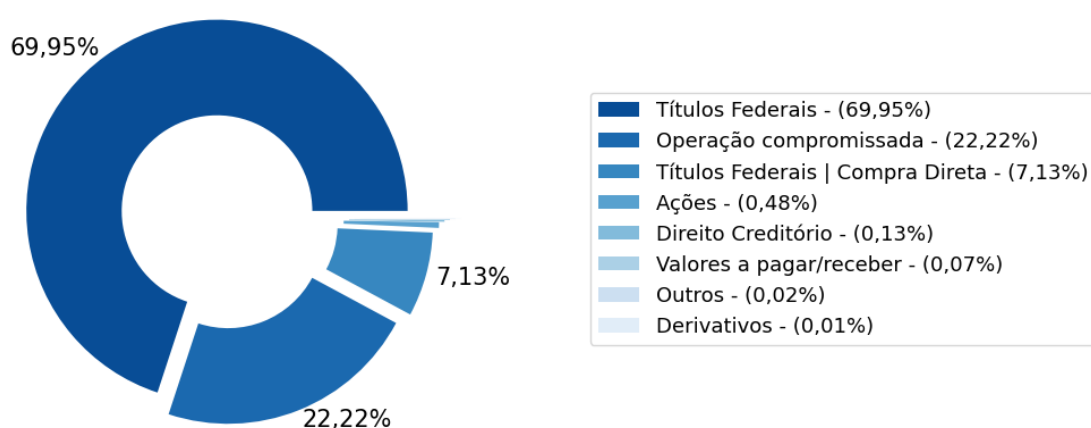
Fonte: UNO

Na visão consolidada, 99,40% da carteira do IPER está alocada em títulos públicos federais, sendo 69,95% em fundos lastreados em títulos soberanos, 22,22% em operações compromissadas e 7,13% em posições diretas em NTN-B com vencimentos entre 2045 e 2060 (conforme demonstrado na tabela anterior). Essa configuração ancora o núcleo da carteira no risco soberano, assegurando previsibilidade de retorno em linha com o atual patamar da Selic.

A renda variável doméstica soma 0,48%, distribuída em posições pulverizadas, com destaque para Itaú Unibanco, Petrobras, Vale e Bradesco, além de papéis de bancos, energia e utilidade pública, parte deles cedidos em operações de empréstimo.

O segmento de Direitos Creditórios representa 0,13%, alocado no BBIF MASTER FIDC LP, fundo estressado com ativos em processo de recuperação. Já valores a pagar/receber totalizam 0,07%, enquanto a parcela classificada como outros ativos, composta por aplicações residuais, certificados e derivativos (DI Futuro BM&F 2035), corresponde a 0,03% do portfólio.

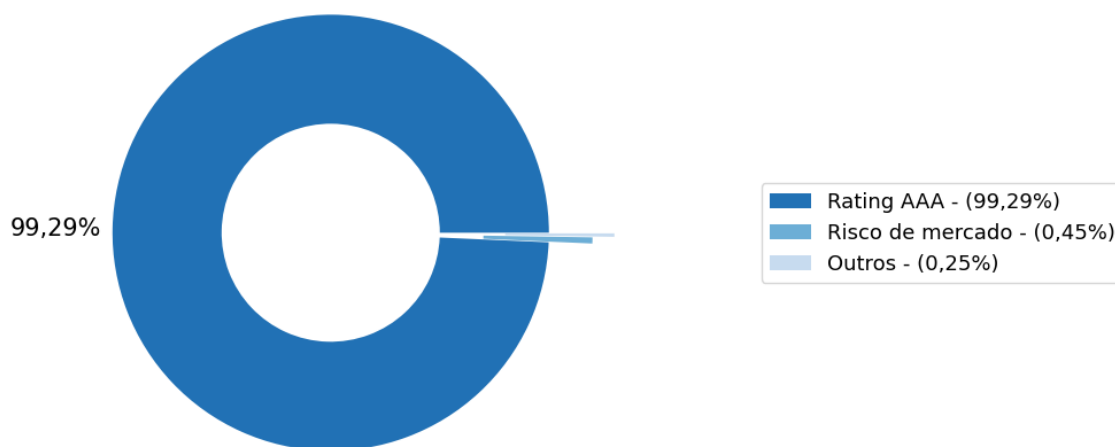
Assim, a carteira mantém perfil predominantemente conservador, com forte concentração em ativos soberanos e apenas pequenas participações em renda variável e crédito privado, assegurando aderência regulatória e estabilidade frente ao cenário de juros elevados.



Fonte: Quantum Axis e UNO

No âmbito do risco de crédito, a carteira consolidada do IPER mantém perfil marcadamente conservador, com 99,29% dos recursos alocados em ativos AAA, essencialmente títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses papéis, considerados de menor risco por serem garantidos pelo Tesouro Nacional. A parcela classificada como risco de mercado corresponde a 0,45%, associada a posições em ações cedidas em empréstimo e derivativos futuros (DI Futuro BM&F 2035), que não implicam risco de crédito. Já a categoria outros ativos representam 0,25%, contemplando direitos creditórios em processo de recuperação, valores a pagar/receber e disponibilidades residuais.

Em resumo, a carteira mantém baixo risco de crédito, concentrada em risco soberano e com apenas pequenas exposições marginais em ativos privados e operacionais, em plena conformidade com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e alinhada aos princípios de segurança, liquidez e proteção do patrimônio previdenciário.



Fonte: Quantum Axis

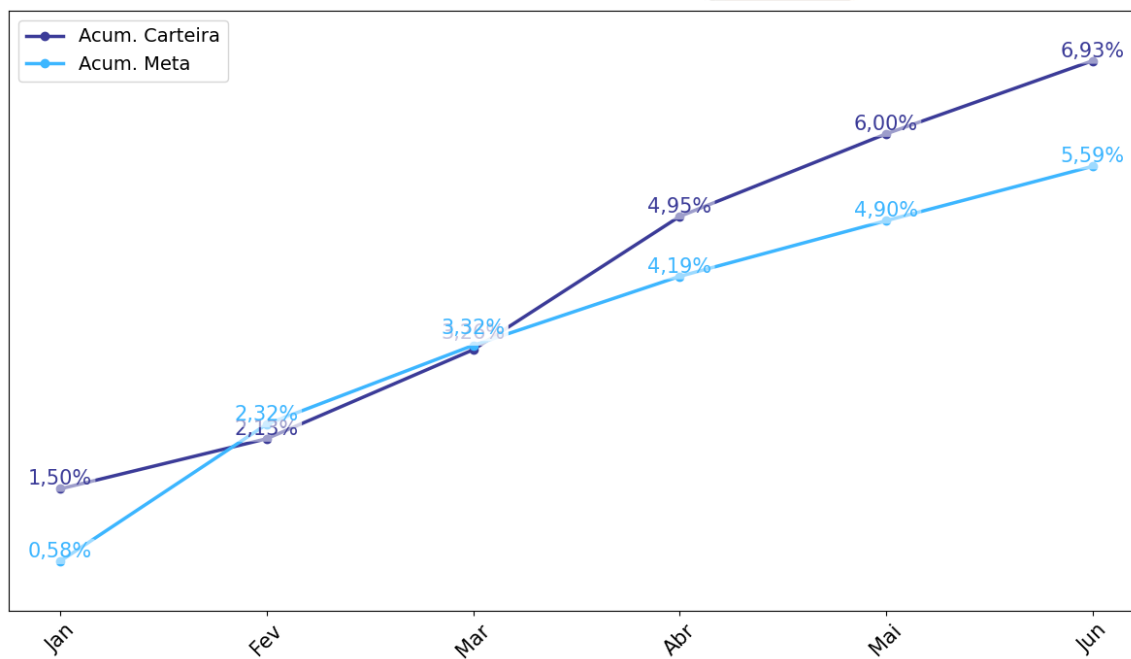
2.2. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE

As tabelas a seguir apresentam os retornos mensais e acumulados do primeiro semestre de 2025, comparados à meta atuarial, tanto em termos percentuais quanto nominais. No período, o IPER obteve rentabilidade acumulada de 6,93%, frente a uma meta de 5,60%, alcançando desempenho equivalente a 124% da meta atuarial. O resultado foi sustentado principalmente pela alocação em títulos públicos federais e fundos atrelados ao CDI, que acompanharam o elevado patamar da Selic e entregaram retornos consistentes mês a mês. A renda fixa prefixada também contribuiu de forma relevante, com ganhos decorrentes da trajetória favorável da curva de juros no semestre.

A renda variável doméstica adicionou impulso ao resultado consolidado, refletindo a valorização robusta do Ibovespa no período.

Do ponto de vista patrimonial, o saldo do IPER evoluiu de R\$ 6,05 bilhões em janeiro para R\$ 6,61 bilhões em junho, impulsionado ganho de R\$ 425,1 milhões de rentabilidade acumulada da carteira no período.

Em síntese, o semestre foi marcado por desempenho robusto e acima da meta atuarial, assegurado sobretudo pela renda fixa e reforçado pela ligeira posição em Renda Variável que teve bom desempenho com a recuperação da bolsa brasileira, consolidando estabilidade e ganhos reais ao patrimônio previdenciário.



Mês	Carteira mês (%)	Meta mês (%)	Acum. Carteira (%)	Acum. Meta (%)	Atingimento (%)
Jan	1,50	0,58	1,50	0,58	2,59
Fev	0,63	1,73	2,13	2,32	0,92
Mar	1,11	0,98	3,26	3,32	0,98
Abr	1,64	0,85	4,95	4,19	1,18
Mai	1,00	0,68	6,00	4,90	1,22
Jun	0,87	0,66	6,93	5,60	1,24

Mês	Saldo Anterior	Aplicação	Resgate	Retorno	Saldo Atual
Jan	6.048.483.176,61	68.156.484,79	15.000.000,00	91.116.648,17	6.191.492.527,77
Fev	6.191.492.527,77	41.612.308,11	20.311.237,29	38.083.913,75	6.253.466.912,00
Mar	6.253.466.912,00	29.755.460,60	4.865.000,00	70.459.289,38	6.349.957.281,08
Abr	6.349.957.281,08	22.785.700,96	5.761.528,72	103.544.691,42	6.470.468.660,22
Mai	6.470.468.660,22	31.779.828,91	12.575.213,29	64.278.784,44	6.551.151.612,06
Jun	6.551.151.612,06	516.334.368,11	510.817.417,40	57.628.387,76	6.615.659.566,14
Total	425.111.714,92				

Fonte: UNO

3. ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES

3.1. VOLUME DE RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Conforme descrito anteriormente, o volume de recursos sob gestão e administração das instituições é um dos critérios a serem analisados para evitar o risco de concentração.

Visando reduzir esse risco, o art. 20 da Resolução CMN nº 4.963/2021 impõe alguns limites sobre os valores investidos por um RPPS em relação ao total de recursos de terceiros geridos por uma mesma instituição ou grupo econômico:

Art. 20. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômicas, assim definidas pela CVM em regulamentação específica.

O IPMT atende ao ponto supracitado, conforme pode ser verificado na tabela a seguir:

Gestor	Valor (R\$)	% s/ PL IPMT	% s/ PL gerido (art. 20)
BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	4.648.981.619,85	70,31%	0,27%
CAIXA DTVM	1.482.167.106,78	22,42%	0,28%
BRZ INVESTIMENTOS LTDA	843.838,86	0,01%	0,03%
GENIAL GESTÃO LTDA.	8.418.437,72	0,13%	0,20%

Já no inciso II do §2º do art. 21, a Resolução CMN nº 4.963/2021 também limita os percentuais de aplicação dos RPPS em geral em relação ao total de recursos sob administração:

II - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

Já com relação aos administradores, a distribuição se dá da seguinte forma:

Administrador	Recursos oriundos de RPPS (R\$ milhões)	Volume de recursos de terceiros (R\$ milhões)	% do segmento de RPPS sob o total da administração de terceiros
BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	93.505,05	1.749.935,36	5,34%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	77.272,15	673.422,38	11,47%
BANVOX DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILI?RIOS LTDA	-	-	0,00%
S3 CACEIS BRASIL DTVM (SANTANDER)	3.869,74	447.571,67	0,86%

Nas tabelas acima foram detalhados os valores de investimentos do IPMT e dos RPPS, relacionando-os com os valores totais de recursos sob gestão e administração das instituições. Os dados da indústria de RPPS e do valor total gerido e administrado pelas instituições foram coletados dos Rankings da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses rankings são atualizados mensalmente e podem ser acessados a partir do link: [Rankings AMBIMA](#).

3.2. QUALIDADE DE GESTÃO E RATINGS

O inciso III do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021 se refere à boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento dos administradores e gestores dos fundos de investimento que recebem recursos dos RPPS.

*III - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, **e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.***

Como forma de verificar a qualidade da gestão das instituições presentes em carteira, utilizamos os relatórios de rating de qualidade de gestão no processo de credenciamento das instituições, elaborados por agências credenciadas junto à CVM. As instituições que realizam a gestão dos fundos de investimento presentes na carteira do IPMT atendem ao inciso III supracitado.

INSTITUIÇÃO	Agência	Nota	Escala	Data
BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	Moody's	MQ1.br	Excelente	07/2024
CAIXA DTVM	Moody's	MQ2.br	Forte	04/2025
BRZ INVESTIMENTOS LTDA	Moody's	MQ2.br	Muito boa	09/2024
GENIAL GESTÃO LTDA.	-	-	-	-

Apesar das instituições Security e Reag exercerem função de gestora em fundos investidos pelo ISSM, os produtos sob gestão são fundos estressados (*special situations*) e apesar da norma ser clara sobre o atestado quanto à qualidade de gestão da instituição que exerça tal função em fundos que tenham RPPS cotistas, devido à particularidade da situação, as instituições foram credenciadas mesmo sem dispor de rating específico para qualidade de gestão.

4. ANÁLISE DOS RISCOS

4.1. RISCO DE MERCADO

Através do sistema UNO, o IPER mantém acompanhamento mensal de indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Sharpe e Drawdown dos fundos investidos e da carteira consolidada, além do acompanhamento da rentabilidade histórica dos fundos, comparando-os com seus respectivos *benchmarks*, a fim de mensurar qualquer distorção do fundo com o mercado no qual atua.

4.2. RISCO DE LIQUIDEZ

A alocação em títulos públicos federais representa 7,13% da carteira, estruturada em conformidade com as diretrizes do ALM 2025, com prazos compatíveis ao fluxo de pagamentos do passivo atuarial e mantidos até o vencimento, sem risco de liquidez.

A disponibilidade imediata concentra-se em 59,45% em fundos D+0 e 27,65% em fundos D+1, garantindo ampla flexibilidade para movimentações de curto prazo. Outros 5,41% estão aplicados em fundos de liquidez D+3, complementando a capacidade de resgate em prazos reduzidos.

Entre as posições de fundos em recuperação, destacam-se o **RECUPERAÇÃO BRASIL FI RENDA FIXA LP** (0,01%), com prazo de D+731, e o **BBIF MASTER FIDC LP** (0,13%), enquadrado como VR (vide regulamento), cujos resgates dependem das operações de recuperação dos fundos. Essas participações, contudo, são marginais e não comprometem o perfil de liquidez.

Em síntese, a carteira mantém baixo risco de liquidez, ao combinar elevada disponibilidade imediata com prazos ajustados ao passivo atuarial, em plena aderência às diretrizes do ALM.

Distribuição por Liquidez (%)	Junho
D+0	59,45%
D+1	27,65%
TÍTULOS	7,13%
D+3	5,41%
D+23	0,15%
(vide regulamento)	0,13%
D+2	0,08%
D+731	0,01%

4.3. RISCO DE SOLVÊNCIA

O estudo de ALM realizou simulações de 1.000 cenários para cada carteira da fronteira eficiente, permitindo avaliar a consistência da razão de solvência ao longo do horizonte projetado. Em todas as alternativas, a frequência de solvência acima de 1 foi superior a 91%, indicando alta probabilidade de equilíbrio financeiro mesmo diante de condições adversas.

A média da razão variou de 4,74 a 9,68 nas carteiras da fronteira, o que demonstra margem estrutural de ativos frente às obrigações. O quantil de 5%, indicador que expressa o menor nível de solvência em 95% dos cenários, permaneceu acima de 1 em todas as carteiras, reforçando a boa conjuntura atuarial do plano.

Do ponto de vista da rentabilidade, todas as carteiras superaram tanto a taxa de equilíbrio exigida (IPCA + 5,90%) quanto a meta atuarial vigente do IPER (IPCA + 5,13%), com retornos esperados entre 7,87% e 9,28% ao ano. Isso evidencia que, independentemente do perfil de risco adotado, as alternativas analisadas asseguram margem significativa para a preservação da solvência no longo prazo.

Em síntese, o estudo confirma que o plano apresenta baixo risco de insolvência e que as estratégias propostas oferecem rentabilidade suficiente para uma maior probabilidade de equilíbrio financeiro e atuarial diante dos diferentes cenários simulados

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, destacamos que a carteira do **IPER** manteve perfil predominantemente conservador no primeiro semestre de 2025, ancorada em títulos públicos federais e fundos de alta liquidez. A alocação concentrou-se em instrumentos indexados ao CDI e na dívida pública, em linha com o patamar elevado da taxa Selic e com as diretrizes do ALM, assegurando previsibilidade de retorno e capacidade de honrar os compromissos de curto prazo. As posições em renda variável e em ativos de crédito privado permaneceram marginais, atuando apenas como complemento de diversificação. Nesse contexto, a carteira não apresentou risco de liquidez relevante, mesmo considerando as posições em recuperação — **RECUPERAÇÃO BRASIL FI RENDA FIXA LP (D+731)** e **BBIF MASTER FIDC LP (VR)** — cuja representatividade é irrelevante no total do patrimônio.

No que tange ao risco de crédito, a exposição concentrou-se em ativos classificados como AAA (99,29%), reforçando a segurança do portfólio. Já o desempenho acumulado de 6,93% superou a meta atuarial de 5,59%, equivalendo a 124% do objetivo, resultado impulsionado pela performance dos fundos atrelados ao CDI, pelos títulos prefixados e pela valorização da bolsa doméstica no semestre.

Adicionalmente, o estudo de **Asset Liability Management (ALM)** confirmou a consistência de solvência do regime. Em todas as carteiras da fronteira eficiente, a razão de solvência permaneceu acima de 1 em mais de 91% dos cenários simulados, e o quantil de 5% também superou esse patamar, evidenciando baixa probabilidade de desequilíbrio mesmo em condições adversas. A rentabilidade projetada (entre 7,87% e 9,28% ao ano) superou tanto a taxa de equilíbrio (IPCA + 5,90%) quanto a meta atuarial vigente (IPCA + 5,13%).

Em síntese, constatamos que a carteira do **IPER** se encontra adequada ao perfil do regime, sem riscos elevados de crédito ou liquidez, e em aderência às diretrizes estratégicas estabelecidas. Todavia, reforça-se que a sustentabilidade previdenciária depende do equilíbrio estrutural entre ativos e passivos. Conforme evidenciado no estudo de ALM, o regime dispõe hoje de uma margem confortável de solvência, mas é essencial que os gestores mantenham vigilância constante, de modo a preservar a aderência das alocações e assegurar a estabilidade de longo prazo do plano.

Vitor Leitão
Responsável técnico